



Índice

- 01 [Corpo de índio morto em conflito vai ser periciado em Campo Grande](#)
- 02 [Índios terena permanecem em fazenda de Mato Grosso do Sul](#)
- 03 [Funai lamenta morte de índio e confirma que não foi avisada de operação policial](#)
- 04 [Para Ridel, ambiente de guerra entre índios e não índios instalado no MS é inadmissível](#)
- 05 [A cacique Dilma](#)
- 06 [Entidades exigem que PF libere 18 índios presos e promete mobilização](#)
- 07 [Dilma ordenou que ministros apurem conflitos contra índios, diz Cardozo](#)
- 08 [Demarcações geram conflitos em 212 regiões do País](#)
- 09 [Comissão do CNJ discute conflito entre índios e produtores](#)
- 10 [Dilma tenta adiar desapropriações de terras sob disputa de índios e ruralistas](#)
- 11 [A \(real\) exploração dos índios](#)
- 12 [Após reunião em que índios prometeram trégua, é tranquilo o clima em fazenda ocupada](#)

Corpo de índio morto em conflito vai ser periciado em Campo Grande

SÍTIO G1, 01.06.2013

*Índigena morreu durante reintegração de posse de fazenda em Sidrolândia.
Legistas de Brasília vão fazer a perícia a pedido do MPF.*



Corpo de indígena morto em conflito
(Foto: Marcos Tomé/ Região News)

O corpo do indígena da etnia terena, de 36 anos, morto na quinta-feira (30) durante a reintegração de posse de posse na fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, vai passar por uma perícia realizada por uma equipe de legistas de Brasília.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), os legistas devem desembarcar na capital de Mato Grosso do Sul na tarde deste sábado (1º). A perícia será feita no Instituto Médico e Odontológico Legal (Imol) da cidade.

De acordo com o Hospital Elmíria Silvério Barbosa, o indígena morreu com um tiro na região do tórax. Ele foi ferido durante conflito com a polícia na reintegração de posse da fazenda Buriti, ocupada pelos índios terenas desde 15 de maio.

O terena foi velado na aldeia Córrego do Meio, em Sidrolândia, por cerca de 24 horas.

O procurador da república do MPF em Mato Grosso do Sul, Emerson Kalif Siqueira, enviou um ofício a Fundação Nacional do Índio, solicitando que uma perícia fosse realizada. O corpo foi removido de Sidrolândia por volta das 20h e transportado para o Imol em Campo Grande.

Segundo o MPF, a equipe deve chegar à Campo Grande na tarde deste sábado e não há previsão para o término da perícia e liberação do corpo. A perícia deve apurar o calibre da arma usada no disparo e tentar descobrir quem atirou no indígena.

Disputa judicial

A fazenda Buriti está em área reivindicada pelos índios em um processo que se arrasta há 13 anos. A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

Até hoje, porém, a Presidência da República não fez a homologação. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspendem o curso do procedimento demarcatório.

CONT.



Em 2004, a Justiça Federal declarou que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal recorreram. Em 2006, o Tribunal Regional Federal modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena. Produtores rurais entraram com recurso e conseguiram decisão favorável em junho do ano passado.

Nessa sexta (31), cerca de 250 indígenas terena voltaram a ocupar a sede da fazenda Buriti. Segundo a Funai) eles chegaram por volta das 11h e começaram a montar barracas.

Reintegração de posse em MS



Proprietário

Ricardo Bacha, pecuarista e ex-deputado estadual

15 de maio

- Cerca de 1.600 indígenas invadem 4 fazendas
- No mesmo dia, Justiça ordena reintegração de posse

30 de maio

- Policiais federais e militares chegam por volta das 7h para retirar indígenas
- Confronto começa por volta das 7h30
- A partir das 16h, os índios começam a deixar a fazenda

31 de maio

- Por volta das 11h, índios voltam a ocupar uma das fazendas



Infográfico elaborado em 31/5/2013



Índios terena permanecem em fazenda de Mato Grosso do Sul

SÍTIO PORTAL EBC, 01.06.2013

Brasília - Os índios terena que voltaram ontem (31) a ocupar a Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, permanecem no local. Não houve entendimento após a reunião de ontem com representantes da Justiça do estado, de fazendeiros e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Um novo encontro para discutir a situação está previsto para hoje (1º).

No último dia 30, o índio terena Osiel Gabriel, de 35 anos, foi morto no local durante ação da Polícia Federal para retirada dos indígenas da fazenda, ocupada desde o dia 15 de maio. Ao menos mais três índios e um policial foram atendidos no Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa com ferimentos leves.

Um inquérito policial para apurar se houve abuso por parte dos policiais foi instaurado no mesmo dia do confronto e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu rigor na apuração.

No último dia 16, um dia após a fazenda do ex-deputado estadual Ricardo Bacha ser ocupada, a Justiça Federal determinou que os terenas deixassem ou fossem retirados da área. Como os índios resistiram, o mesmo juiz suspendeu o cumprimento do mandado a fim de que Bacha e os índios tentassem chegar a um acordo. Uma audiência de conciliação ocorreu na tarde de quarta-feira (29). Como não houve acordo, o juiz renovou a ordem de desocupação, cumprida nas primeiras horas da manhã de quinta-feira (30).

O Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) só foram informados de que a Polícia Federal (PF) iria retirar os índios da fazenda quando a operação policial já estava em curso.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a fazenda fica no interior da Terra Indígena Buriti, declarada pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional em 2010. Dos 17 mil hectares reconhecidos, os índios ocupam hoje apenas 3 mil hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial).



Funai lamenta morte de índio e confirma que não foi avisada de operação policial
SÍTIO FOLHA DO MS, 01.06.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) lamentou a morte de Oziel Gabriel, índio terena, de 35 anos, morto a tiros na quinta-feira (30), durante a desocupação de uma fazenda em Sidrolândia (MS). Determinada pela Justiça Federal, a operação foi coordenada pela Polícia Federal (PF) e contou com o apoio de policiais militares sul-mato-grossenses. Além da morte de Gabriel, atingido por um projétil no abdômen, ao menos outros três índios e um policial ficaram feridos durante o confronto e foram atendidos no Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa.

Em nota divulgada na noite de sexta-feira (31), a Funai critica o cumprimento da ordem de desocupação da Fazenda Buriti, confirmado na noite anterior pelo juiz federal Ronaldo José da Silva. No último dia 16, um dia após a fazenda do ex-deputado estadual Ricardo Bacha ser ocupada, a Justiça Federal já havia determinado que os terena deixassem ou fossem retirados da área. Como os índios resistiram, o mesmo juiz suspendeu o cumprimento do mandado a fim de que Bacha e os índios tentassem chegar a um acordo. Uma audiência de conciliação aconteceu na tarde de quarta-feira (29). Como não houve acordo, o juiz renovou a ordem de desocupação, cumprida nas primeiras horas da manhã de quinta-feira (30).

Na nota, a Funai informa que havia recorrido ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), tentando reverter a ordem de reintegração de posse. O órgão classificou como lamentável o cumprimento da decisão antes que seu recurso tenha sido julgado.

"A Funai considera lamentável o fato de ter sido determinado o cumprimento da ordem de reintegração antes do julgamento desse recurso, sem que pudesse informar e dialogar previamente com os indígenas, bem como acompanhar as medidas voltadas à efetivação da decisão", menciona a nota, confirmando a informação divulgada na sexta-feira (31), pela Agência Brasil, de que nem a fundação, nem o Ministério Público Federal (MPF) foram informados previamente da operação policial.

A própria Superintendência da PF confirmou à reportagem que só conseguiu entrar em contato com o procurador da República Emerson Kalif Siqueira nas primeiras horas de quinta-feira (30), quando a operação policial já estava em curso. Os policiais também não conseguiram avisar a Funai antecipadamente, mas um servidor da fundação chegou a tempo de acompanhar o início da operação.

Segundo Kalif explicou à Agência Brasil, a PF não é obrigada a informar ao MPF que irá cumprir uma decisão judicial de reintegração de posse, mas, segundo ele, "a comunicação prévia aos órgãos de assistência aos índios poderia proporcionar melhor condução da negociação, o que atenderia à recomendação feita pelo juiz de preservar a integridade dos envolvidos na desocupação".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 093 / 2013

Brasília, 03 de junho de 2013.

Um inquérito policial para apurar se houve abuso por parte dos policiais foi instaurado no mesmo dia do confronto e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu rigor na apuração.

A Funai disse que acompanha e defende o grupo indígena envolvido no episódio e que desde 1993 realiza estudos para identificação da área reivindicada como território tradicional indígena, na qual está localizada a Fazenda Buriti e outras propriedades. A área reivindicada pelos índios foi reconhecida pela Funai em 2011, mas o foi anulado pela Justiça Federal em Campo Grande e depende agora de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

"A Funai considera que o distensionamento de situações de conflito demanda diálogos - inclusive sobre a possibilidade de pagamentos referentes aos valores das terras - sem prejuízo do direito territorial dos povos indígenas, conquista do Estado democrático e pluriétnico de direito", conclui a fundação.

Também em nota, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que representa os produtores rurais de todo o país, voltou a cobrar do governo federal a suspensão das demarcações de terras indígenas. Para a CNA, o "lamentável confronto" ocorrido durante o feriado de Corpus Christi é a "crônica de uma tragédia anunciada".

Para Ridel, ambiente de guerra entre índios e não índios instalado no MS é inadmissível

SÍTIO REGIÃO NEWS, 01.06.2013

De acordo com o presidente do Sistema Famasul, Eduardo Ridel, é inadmissível o ambiente de guerra entre índios e não índios instalado no MS.



Eduardo Ridel, presidente da Famasul durante encontro com Índios em Sidrolândia

A Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema Famasul) expressa preocupação pela atual situação de conflito instalada em Mato Grosso do Sul, diante do crescente número de invasões.

De acordo com o presidente do Sistema Famasul, Eduardo Ridel, é inadmissível o ambiente de guerra entre índios e não índios instalado no MS. "Solicitamos o apoio de tropas federais para garantir a ordem, no momento em que há ameaças à vida e risco de depredação das propriedades privadas", afirma Ridel.

Nesta última sexta-feira (31), a Fazenda Esperança, em Aquidauana, foi invadida por índios terenas. Além disso, a fazenda Buriti, em Sidrolândia, foi novamente invadida por um grupo de cem indígenas.

A Famasul ressalta que enquanto uma solução definitiva não for tomada é necessário o aumento da segurança para ordem e preservação da vida. É muito importante que as decisões judiciais sejam respeitadas e cumpridas. "Confiamos na justiça brasileira", ressalta Ridel.



A cacique Dilma

SÍTIO A VERDADE SUFOCADA, 01.06.2013

Por Renato Ferraz - Correio Braziliense – 01/06/2013

Os índios estão recebendo tratamento digno no governo Dilma Rousseff? Enquete em popular site de notícias e análises mostra que apenas um em cada 10 leitores acha que sim. E mais da metade entende que de um governo de esquerda se espera atitude diferente. A percepção desse grupo parece ser real.

Na quinta-feira, o índio terena Oziel, de 35 anos, foi morto em processo de reintegração de posse de terras em Mato Grosso do Sul. Ele pode ter sido assassinado por um policial federal. A PF, aliás, confiscou equipamento de um jornalista do Cimi, conselho indígena da Igreja Católica, e dá mostras de arrogância e abuso de poder.

Vídeo que circula pelas redes sociais mostra alguns integrantes da Força Nacional ameaçando os índios: "Vou quebrar essa p. aí e quebro você junto", diz um despreparado militar. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, agiu fria e burocraticamente, como muitos dos seus antecessores: "Caso exista abuso, tomaremos as medidas cabíveis". Mais sintomático não podia ser.

Recentemente, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, capitulou e tirou a autonomia da Funai para demarcar terras indígenas no próprio Mato Grosso do Sul. A decisão é política — os direitos dos índios são barganhados nas nem sempre claras negociações com o Congresso. Para piorar, a luta pela terra continua a produzir sangue: levantamento da Igreja Católica mostra que na era Lula-Dilma (2003 a 2011) foram mortos 503 índios.

Outros números mostram que Dilma parece ter grande resistência ao tema: Fernando Collor, sozinho, homologou 112 territórios; Fernando Henrique, em oito anos, homologou 145. Lula reduziu o ritmo e só reconheceu 79; Dilma, incríveis três. No Pará, nas obras de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ocupadas por índios, há ingredientes de sobra para uma tragédia. Vamos esperar sentados ela acontecer?



Entidades exigem que PF libere 18 índios presos e promete mobilização

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 01.06.2013

Manifesto divulgado por entidades dos movimentos religiosos, sociais e populares pede a imediata liberação dos 18 indígenas presos pela Polícia Federal após o confronto na desocupação da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, que estava na posse dos terenas. As entidades, entre as quais a Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Central Única dos Trabalhadores e Fetems, prometem intensas mobilizações para conseguir esse objetivo.

“Chamamos aos trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, camponeses, indígenas e quilombolas a se somar ativamente às Jornadas Unitárias de Lutas que vão acontecer no Estado nos próximos dias, para repudiar a violência, defender a vida, exigir a demarcação das terras indígenas e quilombola, a implementação de reforma agrária no Estado, para repudiar o latifúndio e o agronegócio, lutar contra o agro-capital e atuar ativamente em defesa da soberania popular”, diz o manifesto.

Na mensagem, os movimentos reafirmam sua “irrestrita e incondicional solidariedade com o Povo Terena” e alega que a ocupação da Fazenda Buriti foi uma resposta à “inação e recuo do Estado e Governo Brasileiro de sua obrigação em fazer cumprir a Constituição Federal no que respeita à demarcação dos territórios indígenas no Estado”. Argumentam que tratou-se de um “legítimo ato de defesa de seus direitos consuetudinários e constitucionais, retomando as áreas que lhes pertence historicamente”.



Dilma ordenou que ministros apurem conflitos contra índios, diz Cardozo

SÍTIO G1, 01.06.2013

Ministro da Justiça afirmou que quem comete 'abuso' tem de ser punido. Integrante do governo defendeu autonomia da Funai em demarcações.

Dois dias depois de um índio morrer em confronto com a polícia durante uma reintegração de posse no Mato Grosso do Sul, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, relatou neste sábado (1º), em entrevista à TV Globo, que a presidente Dilma Rousseff ordenou que integrantes do primeiro escalão apurem os conflitos no campo envolvendo indígenas. De acordo com o titular da Justiça, quem cometer "abusos" contra índios deve ser "punido".

"Absolutamente ninguém está acima da lei. Portanto, quem praticar ato de abuso, quem praticar ato ilegal, isso tem de ser apurado e a pessoa deve ser punida", afirmou Cardozo à emissora.

Na última quinta (30), a tentativa da Polícia Federal (PF) de cumprir uma decisão da Justiça que ordenava a desocupação imediata de uma fazenda em Sidrolândia (MS), a 70 quilômetros de Campo Grande, deixou um índio morto e outros feridos. A superintendência da PF em Mato Grosso do Sul admitiu que os agentes federais usaram armas de munição letal durante a reintegração.

No dia seguinte à morte do índio da etnia terena, a presidente Dilma Rousseff convocou quatro ministros para uma reunião de urgência no Palácio da Alvorada. Além de Cardozo, compareceram ao encontro os ministros Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União). O encontro na residência oficial da Presidência da República se estendeu por mais de três horas, encerrando-se por volta das 20h.

Segundo o ministro da Justiça, durante a reunião o grupo fez uma avaliação sobre os conflitos que têm se multiplicado pelo país entre produtores rurais e índios por conta de disputas de terras. Cardozo relatou à TV Globo que a presidente determinou de forma "muito firme" que seus auxiliares apurem "rigorosamente" o que está ocorrendo no campo, especialmente, com relação às violências praticadas nas regiões em que há tentativas de demarcar novas reservas indígenas.

O integrante do primeiro escalão do governo Dilma atribuiu parte do problema indigenista à demora da Justiça em julgar os processos de demarcação das áreas reivindicadas pelos índios. Na visão do ministro da Justiça, os processos de demarcação de terras indígenas têm de oferecer "maior segurança jurídica".

Ele também disse que seria "muito importante" que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgasse os recursos do processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. A análise dos

embargos é necessária para que o processo transite em julgado e as regras de delimitação das terras indígenas estabelecidas pela corte sejam fixadas em definitivo.

Em maio de 2009, os ministros do STF entenderam, por maioria, que a reserva localizada em Roraima é território de usufruto exclusivo dos indígenas. Por 10 votos a 1, os magistrados

CONT.



confirmaram a legalidade do decreto homologado em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fixou a demarcação contínua da reserva. No entanto, a Suprema Corte estabeleceu 19 restrições aos índios para o uso da área.

"Boa parte dos processos de demarcação hoje estão parados porque estão judicializados durante anos. Quanto mais seguros forem os processos de demarcação, quanto mais oportunidades nós termos para órgãos públicos, pessoas e entidades informarem esse processo, melhor será do ponto de vista da segurança jurídica", opinou Cardozo.

Funai

Mesmo com crescentes críticas de produtores rurais e parlamentares ligados ao agronegócio contra a postura da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos processos de criação de novas reservas indígenas, José Eduardo Cardozo assegurou que o governo não pretende esvaziar o órgão responsável pela política indigenista.

Maior entidade representativa de produtores rurais no país, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) emitiu nota oficial nesta sexta na qual atribuiu à Funai, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e a "ONGs aliadas" a promoção de uma "notória política de confronto e de conflito".

No mesmo dia em que a CNA se manifestou sobre o assunto, a Funai também divulgou uma nota para lamentar a morte do índio terena e reclamar da ordem da Justiça Federal que exigiu a reintegração de posse da fazenda sul-matogrossense antes do julgamento de um recurso apresentado pela própria entidade para reverter a decisão.

"A Funai considera que o distensionamento de situações de conflito demanda diálogos sempre observando a sua solução pacífica com o integral respeito aos direitos estabelecidos na Constituição", escreveram os dirigentes do órgão público ligado ao Ministério da Justiça.

Apesar das queixas contra a entidade dos índios, Cardozo destacou que o Executivo defende que a Funai "cumpra o seu papel com ainda mais vigor".

"O que quer dizer que nós precisamos ter uma estrutura que permita que outros órgãos [públicos] também se manifestem. E que a Funai possa também se manifestar e poder ter uma solução justa e dentro da lei para cada um dos casos que trata de terras indígenas", complementou.

Cardozo, contudo, ponderou que o país precisa "aperfeiçoar" o processo de demarcação das reservas dos índios. O ministro avalia que os laudos produzidos pela Funai definindo as áreas reservadas aos povos indígenas sejam confrontados pela opinião de outros especialistas. "Precisamos ter laudos que sejam confrontados com informações e possam esclarecer dúvidas.

Precisamos ter segurança na afirmação que uma terra é indígena ou não é indígena", observou o titular da Justiça.



Demarcações geram conflitos em 212 regiões do País

SÍTIO TRIBUNASITE, 01.06.2013

Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, onde foi assassinada uma liderança indígena na quinta-feira, 30, é apenas um entre muitos focos de tensão existentes no País em torno da demarcação de terras indígenas. Levantamento concluído no início do ano pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aponta 212 áreas rurais cujos moradores enfrentam esse tipo de conflito, que opõe índios a produtores rurais, madeireiros, posseiros e outros grupos cujas atividades estão ligadas à posse da terra.

O processo de demarcação de uma terra indígena é demorado. Entre a reivindicação inicial dos índios interessados na terra e o documento final, de registro no cartório no imóveis, podem transcorrer décadas. Segundo o Cimi, porém, os conflitos se agudizam em duas fases: quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) reconhece a petição indígena e inicia o processo de identificação do território; e quando declara, após análises técnicas, que a terra deve mesmo ser entregue aos índios.

No momento, na Funai estão registradas 150 áreas em processo de identificação; e outras 62 já declaradas (daí o total de 212). É nessas duas fases que os grupos com interesses contrariados mais reagem, recorrendo à Justiça ou desencadeando ações para impedir o trabalho da Funai. Em Mato Grosso do Sul existem seis áreas cujo processo de demarcação está paralisado porque os ruralistas boicotam a mobilidade dos especialistas da instituição do governo. A demora dos processos na Justiça agrava os conflitos.

Logo após a morte do índio Oziel Gabriel, quinta-feira, 30, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) emitiu nota na qual destacou que as demarcações causam insegurança jurídica na zona rural.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Comissão do CNJ discute conflito entre índios e produtores

SÍTIO DOURADOS AGORA, 01.06.2013

A Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dentro do Fórum de Assuntos Fundiários, em abril deste ano, e formada por representantes do Judiciário, Ministério Público, Fundação Nacional do Índio (Funai), Advocacia Geral da União (AGU), lideranças indígenas, Federação de Agricultura e Pecuária (Famasul) e estudiosos, se reúne na manhã deste sábado (1º), em Campo Grande.

Para participar da reunião, está em Campo Grande desde esta sexta-feira (31), o juiz auxiliar da presidência do CNJ e coordenador do Fórum de Assuntos Fundiários, Rodrigo Rigamonte. O encontro em Mato Grosso do Sul foi determinado pelo órgão após o agravamento do conflito agrário entre produtores rurais e indígenas no estado.

Na quinta-feira passada (30), durante cumprimento de mandado de reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande, que havia sido ocupada no dia 15 de maio, houve confronto entre policiais e índios, deixando feridos dos dois lados e um indígena morto. Nesta sexta-feira (31) a área foi novamente ocupada.

A reunião tem previsão de começar às 10 horas (horário local), no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Segundo o CNJ, até o dia 31 de julho a comissão deverá apresentar um relatório completo da situação no estado e propor soluções. A próxima reunião do colegiado está marcada para o dia 24 de junho.

Dilma tenta adiar desapropriações de terras sob disputa de índios e ruralistas
SÍTIO IG, 02.06.2013

Presidente orientou seus auxiliares a agirem rápido e iniciarem uma operação de "pacificação" no Mato Grosso do Sul

A presidente Dilma Rousseff orientou seus auxiliares a agirem rápido uma operação de "pacificação" nas regiões de conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, vão articular acordos, a partir de amanhã, para suspender, temporariamente, ações de reintegração de posse em áreas conflituosas.



Reintegração de posse em Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul

Escalados pela presidente, Cardozo e Adams vão procurar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público para e analisar em conjunto os inúmeros litígios de terras indígenas que existem no País, assim como pedir que as ações de reintegração de posse sejam feitas com um pouco mais de tempo, a fim de que possam ser devidamente planejadas.

O governo está convencido de que a rapidez na ação de desocupação nas fazendas Cambará e Buriti, em Sidrolândia (MS), foi fatal e teme que o fato possa se repetir. Um índio terena, Oziel Gabriel, de 35 anos, morreu na ação na quinta-feira. Dilma disse aos ministros estar "chocada" com a morte.

CONT.



A Polícia Federal e a Polícia Militar instauraram inquéritos para encontrar o responsável pelo disparo que provocou a morte do terena. Na sexta, a presidente convocou uma reunião de emergência no Palácio do Alvorada para discutir a questão.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, vai se reunir com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Raimundo Damasceno, para pedir ajuda da Igreja para tentar acalmar os ânimos dos índios.

Gleisi vai pedir ajuda na interlocução com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) - ambos com atuação forte junto aos indígenas. A avaliação do Planalto é que se os indígenas forem incitados a reagir e ocupar terras o conflito se agravará e há riscos de que novas mortes ocorram.

A ministra pedirá auxílio à CNBB para iniciar um diálogo com pequenos agricultores em busca da redução de conflitos. O ministro-chefe da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho, responsável no governo federal pela interlocução com os movimentos sociais, também foi incumbido pela presidente de ajudar neste processo.

As ações dos ministros foram definidas a partir da reunião de emergência com Dilma, quando foi feito um balanço da situação de conflitos indígenas não só em Mato Grosso do Sul, mas por todo o País.

Apuração

Dilma foi incisiva no pedido de apuração da morte do índio, mas advertiu que é preciso trabalhar pelo entendimento para evitar que se chegue a este nível de tensão, que pode se intensificar na região. Ficou acertado ainda que, até o final de junho, o governo vai concluir o estudo com as novas regras de demarcação de terras indígenas.

Pelas novas regras, o governo vai ouvir não só laudos da Funai e dos antropólogos, mas as áreas de produção, a Embrapa e órgãos que atuam na utilização da terra. A ministra Gleisi defendeu em audiência no Congresso, dia 8 de maio, que os ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e das Cidades também participem das definições no processo de demarcação. O Executivo trabalha para esvaziar o poder da Funai. Avalia que uma decisão coletiva, envolvendo representantes dos dois lados, pode dirimir os conflitos.



A (real) exploração dos índios

SÍTIO A VERDADE SUFOCADA, 02.06.2013

Ruy Fabiano*

Entre as mais sólidas doxas contemporâneas, que bem poucos ousam desafiar – ainda que sustentada por argumentos que frequentemente beiram a desonestidade e o non sense –, está sem dúvida a causa indigenista.

Não é de bom tom, nem muito menos progressista ou politicamente correto afrontá-la. Afinal, o Brasil pertencia aos índios e lhes foi tomado pelo invasor europeu. Deve-lhes, portanto, eterna reparação, que, diga-se, não tem sido negligenciada.

A Constituição Federal dedica-lhes todo um capítulo (o oitavo), com dois artigos (o 231, com sete incisos, e o 232), garantindo-lhes direito originário sobre suas terras.

Nenhum outro segmento da população desfruta de tal regalia. Além de dispor de um órgão federal só para atendê-los, a Funai, e outro, a Funasa, para lhes dar assistência médica e sanitária, podem ainda, como os demais cidadãos, utilizar os serviços do SUS (o que não chega a ser sedutor).

Apesar de todo esse assistencialismo, cuja justeza aqui não se discute (não é o ponto), os porta-vozes da causa insistem no abandono desses brasileiros e acham insuficientes as terras que já lhes foram demarcadas. E aí começa a ocultação de dados, vitais para que o tema seja posto em suas devidas proporções.

Enquanto os 200 milhões de brasileiros ocupam 2,5% do território nacional, os cerca de 800 mil índios dispõem de 13% do território só para eles (cerca de 110 milhões de hectares).

São, dessa forma, os maiores latifundiários do país, embora continuem pobres e carentes, mesmo dispondo de mais de cem mil ONGs (uma para cada oito índios) a eles devotadas.

Tais paradoxos, claro, não frequentam as discussões públicas do tema. São inconvenientes. Os recentes conflitos, envolvendo produtores rurais e índios, não decorrem, como se sustenta, da tentativa de reduzir ou subtrair suas terras.

Trata-se do contrário: a Funai quer ampliá-las, ainda que sem base legal, incitando invasões de fazendas. Acha insuficientes os 13% já demarcados e quer estendê-los para 20%.

O Conselho Missionário Indigenista (CIMI), coadjuvante da Funai na defesa de um índio eternamente primitivo, ente da natureza – como as onças e as capivaras –, quer mais: além das áreas que a Funai já relacionou, pretende incluir outras 322.

CONT.



O resultado são os conflitos, em que os índios, massa de manobra de uma antropologia retrógrada e ideológica, se expõem à violência e não melhoram sua condição.

Os proprietários da fazenda Buritis, em Mato Grosso do Sul, cenário do conflito de anteontem, em que um índio terena morreu, em confronto com a polícia, têm documentação de posse datada de 1927 – e desde então nenhum índio aparecera por lá para postular a propriedade em nome dos seus ancestrais.

No mesmo dia dos conflitos na fazenda Buritis, índios mundurucus voltaram a invadir o canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, para reclamar de invasão de suas terras.

Ocorre que suas terras ficam a 800 quilômetros dali. Alguém os organizou e os embarcou em ônibus, numa viagem de 24 horas, para um protesto que paralisou as obras e pôs em risco a segurança dos trabalhadores e dos próprios índios, que chegaram armados e dispostos a brigar.

Não foi a primeira e nem provavelmente será a última tentativa de usar os índios para embargar uma obra que, embora o governo federal a considere vital para o desenvolvimento da região, a Funai, a ele (em tese) subordinada, discorda.

Cada dia de obra paralisada em Belo Monte custa R\$ 10 milhões. Esse prejuízo, desde o início da obra, em 2011, já chega a R\$ 1 bilhão. E não é fato isolado.

Essa mesma etnia indígena vendeu, ano passado, por R\$ 120 milhões de dólares, à empresa irlandesa Celestial Green – uma das líderes mundiais no mercado de créditos de carbono –, direitos de exploração por 30 anos sobre uma área 16 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Nesse período, conforme o contrato, os índios não podem explorar essa parte do território, o que infringe a legislação das demarcações de terras. Há registros de mais 36 contratos semelhantes com empresas estrangeiras.

Por aí se vê que há algo mais que devoção antropológica ou desejo de reparação em pauta. Há, sim, interesses, e graúdos, que passam ao largo da discussão do tema e são ignorados pela sociedade brasileira.

* Ruy Fabiano é jornalista.



Após reunião em que índios prometeram trégua, é tranquilo o clima em fazenda ocupada

SÍTIO MIDIAMAX, 02.06.2013

Após a reunião em que as lideranças indígenas prometeram trégua por pelo menos 15 dias, para resolver a situação das ocupações com os pecuaristas de Mato Grosso do Sul, é tranquilo o clima na região.

Segundo o vereador terena Cleidinaldo Cotócio, atuante em Sidrolândia, distante 70 quilômetros da Capital, apenas aumentou a quantidade de indígenas na região.

“Estive lá ontem à noite e está tudo quieto. Realmente eles deram uma trégua após a reunião”, disse, confirmando que eles não avançaram em outras ocupações.

Ontem, após quase seis horas de conversas e negociações com o juiz auxiliar da presidência do CNJ (Coordenador Nacional de Justiça) e coordenador do Fórum de Assuntos Fundiários, Rodrigo Rigamonte, ficou acertado que os índios permanecem nas áreas retomadas, porém sem novas invasões.